



OAB pede nomes de advogados que vazam inquéritos

O presidente nacional da OAB, Cezar Britto, encaminhou nesta sexta-feira (4/7) ao ministro da Justiça, Tarso Genro, ofício interpelando-o sobre declarações de sua autoria de que advogados estão “vazando” para a imprensa informações de inquéritos abertos pela Polícia Federal. Ele observou que do modo como foram transmitidas à imprensa, as afirmações do ministro são “graves e genéricas” e deixam toda a advocacia sob suspeita.

Britto solicita formalmente a Tarso Genro a revelação dos nomes dos advogados e dos fatos que eles teriam vazado. “Não pode a advocacia brasileira, que tem enfrentado dificuldades no seu relacionamento com a Polícia Federal e o Judiciário, impedida de exercer prerrogativas elementares, como acesso aos autos, e sendo submetida a grampos ambientais em seus escritórios de trabalho, suportar denúncias graves e genéricas, que fragilizam injustamente toda a classe”, protestou o presidente nacional da OAB.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, Genro disse que os vazamentos por parte de agentes da Polícia Federal são coisa do passado e colocou nos advogados a culpa pela divulgação indevida de informações. Segundo ele, os advogados se tornam fontes da imprensa e “divulgam parte dos depoimentos que interessam aos seus clientes”.

Leia o documento encaminhado ao ministro da Justiça

“Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça

Em vista de declarações de Vossa Excelência ao jornal *O Estado de S. Paulo* (edição de 03 de julho de 2008), dando conta de que advogados estariam vazando informações de inquéritos, inclusive os que correm em segredo de Justiça, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sente-se no dever de solicitar formalmente a revelação dos fatos e os nomes neles envolvidos.

Mantê-los ocultos faz com que recaia sobre o conjunto da classe a suspeita de tais atos, que Vossa Excelência, ainda em declaração aos jornais, considerou “coisas de gângster” e “terrorismo lamentável”.

Não pode a advocacia brasileira, que tem enfrentado dificuldades no seu relacionamento com a Polícia Federal e o Judiciário, impedida algumas vezes de exercer prerrogativas elementares, como acesso aos autos, e sendo submetida a grampos ambientais em seus escritórios de trabalho, suportar denúncias graves e genéricas, que fragilizam injustamente toda a classe.

Não temos dúvida de que Vossa Excelência, advogado e homem público — e, portanto, zeloso pelo fiel cumprimento da lei e dos seus ritos —, há de colaborar para o pleno esclarecimento dos fatos.

Nesses termos, aguardamos resposta com a presteza que a relevância dos fatos impõe. Atenciosamente,

CEZAR BRITTO

Presidente do Conselho Federal da OAB”.

Date Created



04/07/2008